

Proposta de Moção

CONTRA A POSSIVEL EXTINÇÃO DO SERVIÇO DE FINANÇAS DE ALCOCHETE

Considerando as notícias já vinculadas por diversos órgãos de comunicação, bem como informações políticas tornadas publicas sobre o possível encerramento do Serviço de Finanças de Alcochete, resultado de uma política de reestruturação da Administração Pública conduzida pelo atual Governo, levam-nos, na defesa do interesse e melhoria das condições dos Municípios e das Empresas sediadas em Alcochete a apresentar esta Moção, justificada pelos pontos a seguir enunciados:

- A perda de autonomia local a nível de serviços de finanças, cuja actual existência permite maior celeridade em todos os processos dela dependentes devido à maior proximidade dos funcionários à realidade alcochetana.
- Altíssima probabilidade de uma progressiva degradação das condições de trabalho e de funcionamento do serviço atualmente existente, resultante de uma sobrecarga do serviço de finanças do Montijo (para onde o serviço será muito provavelmente transferido), que só por si já compreende um elevado número de contribuintes.
- O atual sistema permite um acesso mais próximo e conseqüentemente mais facilitado à população idosa e com carências especiais, que de outra forma verá a sua vida muito mais dificultada.
- O efeito negativo que terá junto do parque empresarial alcochetano, bem como dos comerciantes locais, onde a perda de proximidade e o conseqüente mais célere acesso à resposta/resolução das suas questões/problemas será comprometido, podendo inclusivamente constituir um fator dissuasor para a instalação de novas empresas no tecido empresarial e comercial no Concelho.

Exposto isto e porque sabemos que o Programa de Reestruturação da Administração Pública apresentado pelo Governo sugere, a participação de todos os "agentes interessados" com propostas que enriqueçam de, sobremaneira, o texto inicial, os autarcas do Município de Alcochete, além de se manifestarem contra esta forma de reestruturação da máquina estatal, e conseqüentemente da inerente prestação do serviço público aos cidadãos e muito em especial à comunidade alcochetana, solicitam ao Ministério das Finanças a revogação imediata desta decisão ou intenção de encerrar a repartição de Finanças de Alcochete.

Rogando com carácter de urgência, o agendamento de uma audiência, com o propósito de esclarecer cabalmente a situação, assim como das medidas a tomar sobre a matéria em questão.

Esta moção será submetida à apreciação e eventual deliberação da Assembleia Municipal de Alcochete.

E que a mesma seja dada conhecimento aos órgãos de soberania competentes, designadamente, a S.E. o Sr. Presidente da República, a Sra. Presidente da Assembleia da República, líderes dos Grupos Parlamentares, o Sr. Primeiro-ministro, o Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares, a Sra. Ministra das Finanças, bem como os órgãos de comunicação local e população em geral, para difusão do conteúdo da mesma.

Alcochete, 26 de Dezembro de 2013

A Câmara Municipal de Alcochete